

## **BLOCO 7 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

### **PADRÃO DE RESPOSTA**

Espera-se que o candidato aborde os aspectos a seguir.

- O papel do agente de nível de rua (agente penitenciário) na implementação da política pública (PNAISP) para garantia dos direitos previstos na política, contrastando as informações dos textos 1 e 2. Deve apontar formas de como a discricionariedade do agente penitenciário na implementação [abuso de poder, imposição de restrições, prejuízos diversos, má conduta] pode afetar a garantia do acesso ao cuidado de saúde integral de pessoas privadas de liberdade.
- Ao analisar cada dimensão, o candidato deve abordar dois aspectos:
  - Dimensão Estrutural: ambiguidades e brechas na política; inadequações de planos, regras e hierarquias organizacionais; insuficiência de recursos (físicos, financeiros, logísticos e de pessoal); inadequação das condições estruturais de prestação do serviço prisional.
  - Dimensão Individual: fatores comportamentais; incentivos intrínsecos ou extrínsecos, formais e informais, sejam positivos e/ou negativos; influências de variáveis cognitivas, valores, crenças e ideologias; mecanismos psicológicos de enfrentamento, esquiva ou negligência de responsabilidades; condições de adaptação/distorção da política.
- O candidato deve analisar o modo como o controle interno, segundo definido na Constituição Federal de 1988, artigos 70 a 74, e/ou regulamentações específicas, pode contribuir para resolução do problema de implementação da política. Serão aceitas descrições de sistemas ou ações, no âmbito do Poder Executivo, com foco em mecanismos de controle e fiscalização para acompanhamento, avaliação da adequação da política, auditoria interna e avaliação de indicadores.
- O candidato deve analisar o modo como o controle externo, segundo definido na Constituição Federal de 1988, artigos 70 a 74, e/ou regulamentações específicas, pode contribuir para resolução do problema de implementação da política. São aceitas descrições de sistemas ou ações, no âmbito do Poder Legislativo e auxílio de órgãos de controle, para produção de relatórios de auditoria, fiscalização e avaliação de casos extremos por comissões externas.